



COLEÇÃO
EDUCAÇÃO E
CONTEMPORANEIDADE

Avelar Luiz Bastos Mutim
Delcele Mascarenhas Queiroz
Luciano Costa Santos
Organizadores

EDUCAÇÃO, PENSAMENTO CRÍTICO E EMANCIPAÇÃO



UNIVERSALIS
edições
EDUNEB

volume

1



Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Reitor

José Bites de Carvalho

Vice-Reitor

Marcelo Duarte Dantas de Ávila



UNIVERSALIS
edições
EDUNEB

Editora da Universidade do Estado da Bahia

Diretora

Sandra Regina Soares

Conselho editorial

Alan da Silva Sampaio
Cláudio Alves de Amorim
Darcy Ribeiro de Castro
Elizeu Clementino de Souza
Gabriela Sousa Rêgo Pimentel
Jane Adriana Vasconcelos Pacheco Rios
Luiz Carlos dos Santos
Maria das Graças de Andrade Leal
Monalisa dos Reis Aguiar Pereira
Reginaldo Conceição Cerqueira
Rosemary Lapa de Oliveira
Rudval Souza da Silva
Simone Leal Souza Coité
Valquíria Claudete Machado Borba

Suplentes

Eduardo José Santos Borges
Marluce Alves dos Santos
Maristela Casé Costa Cunha
Minervina Joseli Espínola Reis
Aripino Souza Coelho Neto
Marilde Queiroz Guedes
Nilson Roberto da Silva Gimenes
Márcia Cristina Lacerda Ribeiro
Andrea Betânia da Silva
Marcos Antonio Vanderlei
Cesar Costa Vitorino
Mônica Beltrame
Célia Tanajura Machado
Elizabeth Gonzaga de Lima

Avelar Luiz Bastos Mutim
Delcele Mascarenhas Queiroz
Luciano Costa Santos
Organizadores

COLEÇÃO
EDUCAÇÃO E
CONTEMPORANEIDADE
Volume 1

EDUCAÇÃO,
PENSAMENTO CRÍTICO
E EMANCIPAÇÃO

Salvador
EDUNEB
2020

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO EDUCAÇÃO, PENSAMENTO CRÍTICO E EMANCIPAÇÃO	9
--	----------

SEÇÃO I **EDUCAÇÃO, PLURALIDADE E RESISTÊNCIA**

CONSTRUINDO SABERES NA RESISTÊNCIA ATRAVÉS DA PEDAGOGIA DO ILÊ AIYÊ E DA ESCOLA MÃE HILDA PARA UMA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	21
--	-----------

Aurelielza Nascimento Santos

FORA DO SEU LUGAR: RELATOS DE EXPERIÊNCIA DE MOTOCICLISTAS MULHERES NO ENFRENTAMENTO DO MACHISMO EM RUAS, AVENIDAS, ESTRADAS E RODOVIAS	43
--	-----------

Delcele Mascarenhas Queiroz
Gersania Alexandrina Conceição

ROÇA E CORPO NEGRO: DISCRIMINAÇÃO & DESCOLONIZAÇÃO EM UNIVERSIDADE MULTICAMPI	59
--	-----------

Maria Dalva de Lima Macêdo
Francisco de Sales Araujo Sousa

MEU CORPO, MEU JEITO: (IN)VISIBILIDADE DOS JOVENS NEGROS DO ENSINO MÉDIO DE SALVADOR	79
---	-----------

Joelma Floriano Tosta Gomes
Gilmário Moreira Brito

EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO CONTEXTO SOCIOEDUCATIVO: UM EXERCÍCIO DE APROXIMAÇÃO	105
---	------------

Otto Vinicius Agra Figueiredo
Jalusa Silva de Arruda

SEÇÃO II

EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E SUSTENTABILIDADE

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL NO CONTEXTO DA CONTEMPORANEIDADE: UMA EXPLORAÇÃO CONCEITUAL PARA O DEBATE	129
Aline de Oliveira Costa Santos Cecilia Maria Mourão Carvalho Tereza Verena Melo da Paixão	
FERRAMENTAS ESTRATÉGICAS NA AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DE LÍDERES EDUCACIONAIS	151
Gabriela Sousa Rêgo Pimentel Maria Gorete Sacramento de Jesus Rosa Maria Silva Furtado	
JUSTIÇA RESTAURATIVA E EDUCAÇÃO: TESSITURAS CONTEMPORÂNEAS	171
Tiara Santana da Silva	
A GESTÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO EM UM CONTEXTO DE SUBORDINAÇÃO AO CAPITAL EXTERNO	195
Vanessa Maria de Oliveira Borges	
A GESTÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO IMPLICADO COM A LUTA POR UM PROJETO DE SOCIEDADE	207
Patrícia Rosas Porto Nadja da Cruz Silva Avelar Luiz Bastos Mutim	

SEÇÃO III

EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E CONVIVENCIALIDADE

TECNOLOGIA, CONTEMPORANEIDADE E O LIVRO DIGITAL: ALGUMAS APROXIMAÇÕES DE UMA PESQUISA EM ANDAMENTO	227
Fabiano Viana Oliveira	
ESTRANHA-SE E ENTRANHA-SE: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE SUJEITOS SOBRE O SAVOIR-FAIRE DOCENTE	245
Maria de Lourdes Soares Ornellas	
LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA CULTURA DIGITAL: REFLEXÕES SOBRE PRÁTICAS MULTILETRADAS	263
Neidson Dionísio Freitas de Santana Obdália Santana Ferraz Silva	
OS BEBÊS, AS TRADIÇÕES ORAIS E A TECNOLOGIA	285
Niclécia Ferreira Gama Rosemary Lapa de Oliveira	
DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA UTILIZAÇÃO DO JOGO RPG PEDAGÓGICO PARA MEDIAR CONFLITOS	299
Priscila dos Anjos Costa Alfredo Eurico Rodrigues Matta	
SOBRE OS AUTORES	317

APRESENTAÇÃO

EDUCAÇÃO, PENSAMENTO CRÍTICO E EMANCIPAÇÃO

A razão crítica consolida-se no Ocidente a reboque dos processos de emancipação social e política que desembocam na Revolução Francesa, consagrando a narrativa da modernidade como “idade das luzes”. Um de seus documentos fundantes é o texto “O que é esclarecimento?”, de Kant, que a caracteriza como ousadia de pensar por si mesmo – “*sapere aude!*” –, vencendo os obstáculos da preguiça e da subserviência, de modo a conquistar a maioria mental para participar com autonomia da construção do espaço público.

No século XIX, com Marx e Engels, o pensamento crítico recebe nova e decisiva inflexão, ao assumir o questionamento ético-político dirigido à própria sociedade moderna pela classe operária, submetida a sistemática exploração econômica e à negação de seus direitos básicos. Nessa perspectiva, para a reflexão ser crítica, não basta desenvolvê-la a partir de bem nutrida cultura “ilustrada” e aplicá-la ao livre exame das condições sociais; antes, deve-se concebê-la como intrinsecamente tecida pela práxis coletiva de emancipação social. Mais que isso, a razão crítica encontra o seu próprio sentido, e atesta seu valor, nessa interação dialética com a práxis, em favor da produção de uma vida coletiva mais humana, conforme se vê formulado na famosa tese 11 das Teses ad Feuerbach: “Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; cabe transformá-lo”.

No século XX, em pleno fragor do entre-Guerras, um prolífico grupo de intelectuais reunido no Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt promove ampla releitura crítica da civilização moderna capitalista – focando, em especial, nos modelos de racionalidade e

subjetividade que lhe sustentam –, a partir de inventiva apropriação do legado marxista, agora cunhado justamente como “teoria crítica”.

No texto “Teoria Tradicional e Teoria Crítica”, Horkheimer contribui para delimitar o campo epistemológico da teoria crítica, ao contrastá-la com a racionalidade formal-instrumental atuante nas ciências positivas. Ao passo que tal racionalidade limita-se à neutra explicação dos mecanismos de produção do sistema social vigente, a teoria crítica o interpela a partir dos sujeitos por ele negados na materialidade de suas vidas e, com base nisto (como em Marx), indica em que sentido a sociedade dominante precisa ser transformada para aproximar-se do horizonte de justiça com o qual deve medir-se como sociedade humana. Em outras palavras, enquanto a racionalidade instrumental é funcionalista e serve à manutenção da ordem estabelecida, a racionalidade crítica é ético-política e volta-se à construção de uma nova sociedade, a serviço daqueles a quem ela exclui ou oprime.

O pensamento crítico ganha outro nível de radicalidade com o giro decolonial, protagonizado por pensadores do Sul global – nas assim chamadas “epistemologias do Sul” (Boaventura de Sousa Santos) –, em sintonia com os movimentos de insurgência popular de seus respectivos contextos geopolíticos neocoloniais. Já não se trata, aqui, de questionar a civilização moderna capitalista de dentro desta, tendo como *locus* hermenêutico a condição sócio-histórica de sujeitos denegados (como operários e judeus, em Marx e na Escola de Frankfurt), que vivem à margem dos países centrais do globo, mas ainda são, a seu modo, cidadãos europeus-ocidentais; mas de fazê-lo de fora dela, a partir de “não-sujeitos” (indígenas, negros, mestiços pobres etc.), secularmente tidos como “selvagens”, ou “incivilizados”, “bárbaros”, “marginais”, “subdesenvolvidos”, sem direito à própria língua e ao próprio *logos*, os quais têm contra si o passivo de um passado escravocrata (e patriarcal, no caso das mulheres), de severa derrelição, situando-se à *margem da periferia* do sistema-mundo.

A partir do “não-lugar” desses “não-sujeitos” colonizados, a interpelação crítica do sistema “globalitário” (Milton Santos) eleva-se a outra potência, implicando a exigência de radical revisão de seus pressupostos, em vista da constituição de outro espaço civilizatório – não já moderno nem meramente pós-moderno (momento desconstrutivo interno à mesma civilização ocidental), mas *trans-moderno*, isto é, resultante não da imposição totalitária da civilização dominante, mas da relação horizontal e dialógica dos mais diversos núcleos civilizadores articulados em rede mundial. Falamos aqui de uma utopia pluriversa intercultural.

O desafio histórico de construção dessa outra civilização mundial – com o outro sentido de contemporaneidade que lhe corresponde – é tarefa de suma gravidade, que não poderia ser exclusivamente confiada à cabeça iluminada de intelectuais e dirigentes públicos bem formados na razão crítica, por maior que seja a sua importância estratégica.

Somente o povo, aqui livrado de qualquer inócua aceção “populista” e entendido em sentido próprio de “bloco social dos oprimidos” (Gramsci), está à altura de constituir-se em principal protagonista dessa virada civilizatória. Povo – conforme esclarece o filósofo argentino-mexicano E. Dussel – como categoria *analógica*, referente à rede dos coletivos ou movimentos sociais formados na luta ético-política pelo reconhecimento da dignidade de suas respectivas alteridades e pela satisfação de suas respectivas demandas “materiais” de produção, reprodução e desenvolvimento de suas vidas. Povo, portanto, uno – unido ao redor da mesma luta por justiça e bem viver – e múltiplo, com seus rostos indígena, negro, operário, roceiro, sem-terra, sem-teto, de mulher, estudante, LGBTQ+ e de quantos a estes se unam para fazer com que no mundo caibam todos os mundos, porque, como diz Guimarães Rosa: “viver é plural”.

Se é assim, importa frisar que a racionalidade – dialógica e responsiva – que viceja na escuta desse povo e de seu vário clamor

por justiça já não se reduz à dimensão crítica, mas é também criadora, fecunda, seminal, pois visa não apenas a promover a implosão do sistema globalitário, mas a colaborar para deixar nascerem na história as diversas alteridades que aquele sistema exclui ou oprime, permitindo que a própria humanidade, nesse sentido, continue a nascer.

Se é assim, importa, também, apropriar-se da razão crítica clássica no interior de um circuito ecológico de saberes, de modo a que se preste atenção à essencial contribuição epistemológica das matrizes sapienciais dos mais diversos povos e tradições, com seu inesgotável repertório de outros saberes e narrativas, e afetos, crenças, símbolos, sonhos, de inestimável valia nesses tempos em que a erosão globalitária avança por todos os lados, sobre ecossistemas, territórios e mentes.

Por tudo isso, quando se trata de educação (foco deste livro), não é lícito perder de vista, no Brasil contemporâneo, os nomes estelares de dois mestres nordestinos universais, que, em suas vidas, pensamentos e obras, encerram todo um atualizado programa do que seja educação enraizada, crítica e emancipadora, independentemente do quanto suas obras sirvam ou não de referencial explícito para a construção dos textos aqui reunidos.

Referimo-nos, em primeiro lugar, ao baiano (de Caetité) Anísio Teixeira – recém proclamado Patrono da Educação do Estado da Bahia –, não sem razão chamado por Hermes Lima de “estadista da educação”, o qual consagrou todos os seus esforços, no mais alto nível teórico e institucional, para edificar no Brasil um sistema público de ensino universal, de qualidade e gratuito, na base de uma compreensão da educação como direito fundamental do cidadão e dever supremo do Estado, sem o que não é possível sequer imaginar sociedade emancipada e nação soberana. Referimo-nos, por outro lado, ao pernambucano (de Recife) Paulo Freire. Exorbitando o âmbito do sistema escolar de ensino, Freire concebe a educação como trabalho formativo de conscientização ou “leitura de mundo”, organicamente

articulado ao processo de emancipação dos cidadãos, notadamente daqueles oprimidos pelo sistema vigente e organizados em movimentos sociais na luta por seus direitos. Quaisquer que sejam os justos contrastes que se venha a assinalar entre os dois pensadores, não se pode ignorar o fato de que ambos, a partir de seus respectivos contextos, sensibilidades e bases epistemológicas, conspiraram para impulsionar no Brasil um amplo movimento educacional voltado para a emancipação de nosso povo, sendo, portanto, nesse sentido maior, pensadores a serviço da educação pública e popular.

Tanto assim que, não por acaso, ambos acabaram pagando alto preço por se haverem dedicado incondicionalmente à educação como via de libertação, pela qual o povo brasileiro – uno e múltiplo – poderia emergir com potência compatível com suas entranháveis promessas de grandeza. Paulo Freire pagou o seu preço com a prisão e o exílio, sendo fichado como “terrorista” pelo serviço de inteligência da ditadura militar. Anísio Teixeira (quem diria?) pagou o seu com nada menos que a tortura e a morte pela mesma ditadura, conforme revela exaustiva perícia técnica, já amplamente divulgada, que desmonta a sinistra farsa da “morte trágica em poço de elevador”.

Ontem como hoje, é crime conspirar pela educação popular, ou pela educação escolar pública, universal, de qualidade e gratuita, como caminho de formação crítica e emancipação cidadã.

Em meio a uma treva histórica de tamanha densidade, levantar os nomes-bandeiras de Anísio Teixeira e Paulo Freire (ainda mais no campo acadêmico) no portal deste livro coletivo consagrado ao pensamento crítico e emancipação no campo educacional constitui gesto de elementar resistência civil.

Situado na Universidade do Estado da Bahia, instituição pública e, por excelência, popular, profundamente enraizada no chão da Bahia de todos os santos e cores, o Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC) se aquilomba, nesta hora grave, ciente de que suas responsabilidades ético-políticas

não podem ser obscurecidas ante as demandas, compreensíveis na justa medida, mas cada vez mais opressivas, de produtividade acadêmica. O PPGEduC nasceu para propor um projeto de educação comprometido com outro sentido de contemporaneidade – inclusivo, democrático, pluriverso, intercultural – e, à luz do atual contexto brasileiro, essa vocação genética emerge em toda sua grandeza, com toques de urgência.

É nessa perspectiva que se inscreve a presente obra, que envolve a colaboração de todas as Linhas de Pesquisa deste Programa, com a respectiva lucidez crítica e expertise epistemológica que compete a cada uma delas.

A obra está organizada em três seções, compostas por artigos produzidos por pesquisadores e seus orientandos, no contexto das Linhas de Pesquisa do PPGEduC (LPq1 – Processos Civilizatórios: Educação, Memória e Pluralidade Cultural; LPq2 – Educação, Práxis Pedagógica e Formação do Educador; LPq3 – Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável; LPq4 – Educação, Currículo e Processos Tecnológicos), a partir dos debates e reflexões que animam essas Linhas em torno da educação em perspectiva crítico-emancipadora, em sua articulação com as temáticas que são objeto da preocupação do Programa.

Na Seção I – **Educação, Pluralidade e Resistência**, encontramos o artigo *Construindo saberes na resistência através da pedagogia do Ilê Aiyê e da Escola Mãe Hilda para uma educação das relações étnico-raciais*, de Aurelielza Nascimento Santos. A autora analisa a articulação entre educação e relações étnico-raciais, na contemporaneidade, a partir da experiência do Bloco Cultural Ilê Aiyê e da Escola Mãe Hilda, destacando a atuação do movimento negro no campo da educação e sua ênfase no legado da ancestralidade e dos processos civilizatórios afro-brasileiros para a superação do racismo e para “a construção de um outro mundo possível”.

O artigo *Roça e corpo negro: discriminação & descolonização em universidade multicampi*, de Maria Dalva de Lima Macêdo e Francisco de Sales Araujo Sousa, propõe uma reflexão sobre a inserção de estudantes negros oriundos da “roça” na universidade, tendo como elemento de análise o corpo enquanto símbolo de dominação e resistência. Os autores indagam sobre a possibilidade de desconstrução de verdades calcadas em paradigmas coloniais e sobre o papel da universidade na superação dessas visões, para ressignificar o corpo negro da roça, “conferindo-lhe um sentido que se opõe à dominação branca e urbana”.

Em *Fora do seu lugar: relatos de experiência de motociclistas mulheres no enfrentamento do machismo em ruas, avenidas, estradas e rodovias*, Gersania Alexandrina Conceição examina a experiência de um grupo organizado de mulheres motociclistas em seu desafio cotidiano no trânsito, um espaço sexista que as discrimina e invisibiliza. A análise evidencia que o processo de enfrentamento ao machismo no trânsito torna-se um importante aprendizado que fortalece a identidade feminina, a conquista e a manutenção do espaço para as mulheres motociclistas em ruas, avenidas, estradas e rodovias, contribuindo para sua autoafirmação nesse espaço fortemente masculino e misógino.

No texto *Meu corpo, meu jeito: (in)visibilidade dos jovens negros do Ensino Médio de Salvador*, Gilmário Moreira Brito e Joelma Floriano Tosta Gomes discutem acerca da construção da identidade negra a partir da investigação das percepções de jovens negros de uma escola estadual de Salvador sobre o aspecto fenotípico e sobre os estereótipos que caracterizam o corpo negro, presentes em brincadeiras e piadas. As narrativas dos jovens revelam anseios, expectativas, invisibilidades e recalques que se refletem na construção da sua identidade.

Fecha a **Seção I** o artigo *Educação para as relações étnico-raciais no contexto socioeducativo: um exercício de aproximação*,

de autoria de Otto Vinícius Agra Figueiredo e Jussara de Arruda. A partir de revisão bibliográfica, os autores abordam a importância da educação para as relações étnico-raciais no contexto das instituições responsáveis pela execução de medida socioeducativa de internação, ressaltando que, se a temática da educação em sistemas socioeducativos não se apresenta como uma prioridade nas investigações, o desafio é maior ainda quando se trata da educação para as relações étnico-raciais e da Lei 10.639/03.

A Seção II – **Educação, Sociedade e Sustentabilidade** se inicia com texto *Educação e desenvolvimento local sustentável no contexto da contemporaneidade: uma exploração conceitual para o debate*, de Aline de Oliveira Costa Santos, Cecília Maria Mourão Carvalho e Tereza Verena Melo da Paixão Sampaio. A partir de pesquisa bibliográfica, as autoras abordam o debate sobre a relação entre Educação e Desenvolvimento Local Sustentável, discutindo os conceitos e pressupostos de modernidade e contemporaneidade, concluindo que “o enfrentamento da complexa relação entre a educação e o desenvolvimento, numa perspectiva multidimensional, é uma necessidade que se impõe na contemporaneidade”.

Em *Ferramentas estratégicas na avaliação da eficácia de líderes educacionais*, Gabriela Sousa Rêgo Pimentel, Maria Gorete Sacramento de Jesus e Rosa Maria Silva Furtado, apoiadas na literatura sobre o tema, refletem sobre a importância das estratégias utilizadas para avaliar a eficácia dos líderes educacionais no contexto da educação básica. As autoras destacam a relevância da direção por valores e quadros de referência como ferramentas estratégicas para avaliar a eficácia desses atores.

O texto *Justiça restaurativa e educação: tessituras contemporâneas*, de Tiara Natividade, trata da aplicabilidade da ideia de Justiça Restaurativa ao contexto escolar e sua contribuição para a abordagem de conflitos na direção de uma cultura de paz. Ressalta a autora que, contrariando a lógica punitiva, a Justiça Restaurativa apela para

o diálogo, concorrendo para reduzir a judicialização dos conflitos presentes nesse ambiente.

Vanessa Maria de Oliveira Borges, em seu texto *A gestão do ensino superior brasileiro em um contexto de subordinação ao capital externo*, aborda o debate sobre a incorporação das demandas do capital internacional ao ensino superior brasileiro através da atuação de organismos internacionais como o Banco Mundial e a OMC. A autora busca compreender os processos de inserção de grupos empresariais estrangeiros no ensino superior brasileiro e seus reflexos para o aprofundamento das relações de dependência e alienação.

A Seção III – **Educação, Tecnologias e Convivialidade** é formada de cinco trabalhos.

O texto *Tecnologia, contemporaneidade e o livro digital: algumas aproximações de uma pesquisa em andamento*, de autoria de Fabiano Viana Oliveira, aborda o debate sobre as temáticas novas tecnologias, contemporaneidade, comunicação e informação, buscando aplicar a noção de tecnologia proposicional ou inteligente à pesquisa sobre o livro digital. Indaga sobre a relação entre os propósitos da educação, a leitura como instrumento formador e o uso das novas tecnologias.

Estranha-se e entranha-se: representações sociais de sujeitos sobre o “savoir-faire” docente é o texto em que Maria de Lourdes Soares Ornellas busca perceber as representações sociais de *professor pesquisador, professor que luta pela classe, professor afetivo, professor estressado e professor escutante*.

Neidson Dionísio Freitas de Santana e Obdália Santana Ferraz Silva, no artigo *Livro didático de Língua Portuguesa na cultura digital: reflexões sobre práticas multiletradas*, discutem a necessidade de a escola reconfigurar seus projetos de formação de leitores e produtores de textos com o advento da cultura digital. Considerando que o livro didático impresso segue sendo o principal recurso pedagógico a auxiliar as aulas, indagam como o professor de Língua Portuguesa pode promover os multiletramentos em sala de aula, a partir do livro

didático, considerando que os letramentos, na cultura digital, são práticas multimodais e multiculturais.

Em *Os bebês, as tradições orais e as tecnologias*, Nicléia Ferreira Gama e Rosemary Lapa de Oliveira discutem o papel das tradições orais e das tecnologias na cultura de crianças entre zero e vinte e quatro meses. Alertam que os bebês vêm se apropriando de diferentes linguagens, através de suportes digitais como *tablets* e *smartphones*, em alguns casos de forma bem mais intensa até mesmo do que com o contato humano *stricto sensu*. O estudo conclui que o uso abusivo desse vetor de apresentação da cultura oral para as crianças pode resultar em prejuízos nas relações interpessoais.

O texto apresentado por Priscila Anjos Costa e Alfredo Eurico Rodrigues da Mata, *Desafios e possibilidades na utilização do RPG digital pedagógico mediado pela metodologia DBR, no processo de desconstrução da supremacia religiosa considerando o multiculturalismo e a diversidade cultural escolar*, propõe a utilização do jogo *Role Play Game* (RPG) digital pedagógico, seguindo metodologia DBR, como possibilidade de trabalhar questões de convívio entre sujeitos de religiões e patrimônios simbólicos diversos, auxiliando-os no enfrentamento das problemáticas e tensões do mundo contemporâneo, por entenderem que os processos de aprendizado são influenciados não apenas por aspectos cognitivos mas também pelo contexto social, familiar e cultural.

A partir dos mais diversos objetos e abordagens, esperamos que os textos desta obra forneçam ao leitor subsídios para uma leitura crítica e transformadora de nosso contexto, num perigoso cenário regressivo no qual fica cada vez mais claro, como mostrou Adorno, que o dilema de fundo da educação reside na alternativa entre emancipação ou barbárie.

Avelar Luiz Bastos Mutim
Delcele Mascarenhas Queiroz
Luciano Costa Santos
Organizadores